



Diário jornal do **SINTE**

I
M
P
R
E
S
S
O

Sindicato dos Trabalhadores em Educação na Rede Pública de Ensino do Estado de Santa Catarina - Nº 25- Dezembro/2000

Magistério terá grandes desafios no próximo Milênio

34
ANOS DE LUTA

O passo seguinte
Não é o próximo
O passo seguinte
É o necessário,

Para termos a certeza de que continuaremos
caminhando juntos, unidos
pelos mesmos ideais de luta
pelos mesmos sentimentos
de liberdade

O passo seguinte
não é o próximo
O passo seguinte
é a nossa vontade
de dar a todos os
próximos passos seguintes

Edmundo Colen

Comunidade escolar reprova
a reforma na Educação

O SINTE/SC deseja a todos
um Feliz Natal e um 2001
cheio de novas conquistas

Ano 2000: um marco na história do magistério

O ano 2000 foi um marco na história do magistério público estadual. A greve da categoria, que durou 66 dias, mostrou que é possível lutar e que as conquistas são conquistas. O magistério enfrentou ataques e mais ataques do governo do estado, durante esse período em que o movimento conseguiu atingir um índice de 70% de mobilização.

Não foi fácil segurar essa greve, pois a categoria sofreu ameaças de demissões e substituições, terrorismos e cortes de salários. Mas conseguiu fazer a maior greve da história do magistério. E as vitórias estão chegando aos poucos. O calendário de pagamento dos atrasados de 98 foi adiantado e grande parte das promoções de 99 foram pagas. Isso graças à greve, sem a qual os trabalhadores em Educação não teriam visto a cor do dinheiro.

O projeto do vale-alimentação, também graças à pressão da greve, foi enviado pelo governo à Assembléia Legislativa. Mas, manobras políticas estão sendo efetuadas para não pagar o vale aos aposentados. Assim como o governo não tem intenção de pagar o piso de R\$ 744,00, pois continua desviando recursos do FUNDEF (Fundo Nacional de Desenvolvimento e Manutenção do Ensino Fundamental), conforme denúncia do SINTE e constatação do Tribunal de Contas.

Para discutir as mudanças que devem ser feitas no PCCS, que vai definir, entre outras coisas, o piso salarial do magistério, O SINTE, através das suas Coordenações Regionais promoveu seminários por todo o estado. Também foram organizadas pelo SINTE, três Plenárias Macrorregionais, que reuniram representantes das comunidades escolares de todas as regiões a fim de discutir as reformas na Educação pretendidas pelo governo, como o reordenamento do Ensino e a mudança no sistema de avaliação do aluno, além da gestão democrática nas escolas.

Todas essas atividades - greve, manifestações, passeatas, denúncias, seminários e plenárias - foram fundamentais para manter a unificação da categoria nesse ano 2000, e da comunidade escolar, que também será fortemente atingida pelas reformas do governo.

DESAFIOS

2001 será de muita luta para o magistério

Muitos são os desafios que esperam o magistério público estadual na chegada do novo milênio. A possibilidade de retorno à greve no início do próximo ano letivo ficou bem marcante nas três Plenárias Macrorregionais realizadas no mês de novembro, que contou com a participação das comunidades escolares – pais, alunos e professores – de todo o estado. Ficou muito claro que nem os pais, nem os alunos e muito menos os trabalhadores em Educação, aceitam as reformas no Ensino impostas pelo governo.

Portanto, é necessário iniciar o ano com discussão nas escolas e participar das assembleias regionais que acontecem na primeira semana de março e da Assembléia Estadual, que será realizada no mesmo mês. Barrar essas reformas, que prejudicam toda a comunidade escolar, retiram direitos conquistados em muitos anos de luta, arrocham ainda mais os salários e massacram a Educação pública, é um dos principais desafios.

A reformulação do Estatuto do Magistério e do Plano de Cargos, Carreira e Salários é outro grande desafio. A Comissão de Reformulação tem até fevereiro de 2001 para enviar o projeto

com as modificações para ser aprovado pela Assembléia Legislativa. É aí que entra o piso de R\$ 744,00 para o magistério, previsto pela Lei do FUNDEF, que o governo insiste em não pagar. Com certeza será necessária muita mobilização para garantir essa conquista.

A gestão democrática nas escolas também é um desafio para o ano 2001. Não se pode continuar permitindo que diretores impostos, verdadeiras marionetes do governo, permaneçam em seus cargos, implantando o terrorismo nas escolas, ameaçando trabalhadores e implementando reformas de maneira arbitrária. A luta pelas eleições diretas é fundamental para garantir a democracia dentro das unidades escolares.

Impedir que essas e muitas outras políticas neoliberais - que desempregam, arrocham salários, retiram direitos, massacram trabalhadores em detrimento de empresários e banqueiros, privatizam e sucateiam o serviço público -, implementadas pelos governos federal e estadual, avancem é um grande desafio de todos os trabalhadores - ativos e aposentados - para o próximo milênio.

SINTE luta para manter os direitos dos trabalhadores em Educação no Estatuto e no PCCS

A Comissão de Reformulação do PCCS (Plano de Carreira, Cargos e Salários do Magistério), criada como resposta do governo à reivindicação do magistério de piso salarial de R\$ 744,00, durante a greve, realizou várias reuniões e tem o compromisso de concluir os trabalhos até dia 20 de dezembro.

Como não é possível reformular somente o PCCS, mas todas as leis do magistério, começando pela lei 6844 – Estatuto -, lei 8391 – contratação dos ACTs – e, por último, a lei 1139 – PCCS, Plano de Carreira Cargos e Salários.

Poucos são os avanços até o momento, os mais importantes são a

criação de cargos administrativos nas escolas e a continuidade de contratação dos ACTs pela lei 8391, que tem problemas mas será objeto de estudo na Comissão

Até o momento muitas polêmicas estão colocadas, - como o SINTE/SC já dizia, há interesses distintos em Reformular as leis, o governo quer adaptar as Reformas Administrativa e Previdenciária, que tiram direitos dos trabalhadores, e o Sindicato quer garantir os direitos e ampliá-los.

Somente no Estatuto, estão destacadas as seguintes divergências: **garantia da Inamovibilidade, a periodicidade do concurso de ingres-**

so, o estágio probatório, critérios para perda de vencimento, licença-prêmio, estabilidade, aposentadoria e o Regime disciplinar.

No Plano de Carreira irão aparecer as seguintes divergências: **progressão funcional horizontal e vertical, vantagens, adicionais e gratificações, além do piso salarial e a estrutura da tabela.**

Após a realização de cada reunião o Sindicato está elaborando Boletins do PCCS, que são enviados para as Coordenações Regionais e publicados na página do SINTE/SC na Internet – users.matrix.com.br/sinte-sc -, com a deliberação da Comissão sobre to-

dos os artigos.

A perspectiva é de que o projeto com as reformulações seja enviado à Assembléia Legislativa até o final de fevereiro do próximo ano. O projeto que será apresentado aos deputados terá a proposta do governo nos pontos divergentes, mas o SINTE/SC apresentará a proposta do magistério através de emendas.

Por isso, o Sindicato tirou desde agosto, o indicativo de greve para março do próximo ano. Se o magistério não estiver mobilizado, perderá direitos conquistados historicamente, prejudicando ainda mais a profissão e a carreira de cada um.

RELATÓRIO DE RECEITAS E DESPESAS

Janeiro a outubro de 2000

DESPESAS	RECEITAS
DESPESA ESTADUALIZADAS	RECEITAS ESTADUALIZADAS
CUT/CNTE 75.036,86	CONTRIBUIÇÃO DE SÓCIOS 578.161,55
FUNDO GREVE 51.688,13	CONTRIB. SÓCIOS ATRASADAS 75.412,70
EDUC./FORMAÇÃO 19.383,03	SUB TOTAL 653.574,25
ASSES. JUR./CONT./IMP. 47.836,08	
LIBERAÇÃO DIRIGENTE 38.719,85	
DESPESAS DE LIBERADOS 9.578,02	
COLUNA SINTE/JORNAL/BOLETIM 32.297,50	
CONSELHO DELIBERATIVO 13.271,32	
MANUTENÇÃO DORMITÓRIO 2.960,83	
VIAGEM BRASÍLIA (CNE) 2.568,50	
PESQUISA SAÚDE MENTAL 437,25	
CPMF/ JUROS 6.502,19	
CUSTAS JUDICIAIS 115,30	
SUB-TOTAL 300.394,86	
DESPESAS SINTE/EXECUTIVA	
FOLHA PAGAMENTO/ 13º 107.019,40	
ESTAGIÁRIO 1.989,92	
TELEFONE 9.004,94	
MATERIAL EXPEDIENTE 6.360,34	
ASSINATURAS / CONTRATOS 3.326,55	
DESPESA SEDE 27.312,26	
PASSE/REFEIÇÃO 9.569,43	
CORREIO 2.016,24	
DESPESA VIAGEM 2.105,46	
MATERIAL PERMANENTE 5.673,35	
DESP.BANCÁRIAS/CPMF/JUROS 1.801,62	
DEVOLUÇÕES EMPRÉSTIMOS 34.500,00	
SUB-TOTAL 210.679,51	
REPASSE REGIONAIS	
TRANSFERÊNCIAS 195.466,87	
TRANSFERÊNCIAS ATRASADAS 2.863,12	
CONED 180,00	
CAMISETAS GREVE 360,00	
FOLHA DE PAGAMENTO 10.950,84	
SUB-TOTAL 209.820,83	
TOTAL DESPESAS SINTE/SC 720.895,20	TOTAL RECEITAS SINTE/SC 653.574,25
FUNDO GREVE	FUNDO DE GREVE
TRANSPORTE(ÔNIBUS/COMB./PAS.) 86.981,43	5% ESTADUALIZADOS 51.688,13
ISERÇÕES TV/ GRÁFICA/ CAMISETAS 33.922,70	DESCONTO EXTRA 67.496,45
ALUGUEL/ SOM/ TELEFONE/ MAT. EX. 2.973,79	IMPOSTO SINDICAL 1.451,80
DESP. BANCÁRIAS/JUROS/CPMF 1.771,23	3 MENSALIDADES AÇÃO IPESC 25.942,17
DEVOLUÇÃO EMPRÉSTIMOS 54.400,00	CONED 180,00
PLENÁRIAS/ CONGRESSO/ DOAÇÕES 2.993,08	DESCONTO GREVE LIBERADOS 3.029,10
VIAGENS/ CONSELHO/ COMANDO 19.062,10	TRANSFERÊNCIA CONFERÊNCIA 894,80
DEVOL. DESC. GREVE LIBERADOS 3.028,50	VENDA CAMISETAS 1.586,78
DESPESAS ACAMPAMENTO 2.353,85	DOAÇÕES GREVE 7.697,58
TOTAL DESPESAS F. GREVE 207.486,68	EMPRÉSTIMOS 56.400,00
	TOTAL RECEITAS F. GREVE 216.366,81
EDUCACIONAL/FORMAÇÃO	EDUCACIONAL /FORMAÇÃO
INSCRIÇÕES CONCURTO 6.500,00	3% ESTADUALIZADOS 19.317,35
DESPESAS DE VIAGENS/ SEMINÁRIOS 1.654,49	TOTAL RECEITAS EDUC./ FORM. 19.317,35
FTAS VÍDEO 207,00	
INSCRIÇÕES CECUT 4.940,00	
TOTAL DESPESAS EDUC./ FORM. 13.301,49	
CONFERÊNCIA ESTADUAL EDUCAÇÃO	
TRANSFERÊNCIA FUNDO DE GREVE 894,80	
TOTAL DESPESAS CONFERÊNCIA 894,80	
SALDO ATUAL 31/10/2000	SALDO ANTERIOR 31/12/1999
SINTE/SC (-) 27.856,17	SINTE/SC (+) 39.464,78
FUNDO DE GREVE (+) 20.984,62	FUNDO DE GREVE (+) 12.104,49
EDUCACIONAL/ FORMAÇÃO (+) 6.084,00	CONFERÊNCIA ESTADUAL (+) 894,80
TOTAL (-) 787,55	EDUCACIONAL/FORMAÇÃO (+) 68,14
	TOTAL (+) 52.532,21
TOTAL GERAL 941.790,62	TOTAL GERAL 941.790,62

OBS.: A contribuição dos sócios - R\$ 653.574,25 - é distribuída da seguinte forma: 60% para as Coordenações Regionais - R\$ 392.144,25 - e 40% para a Diretoria Executiva - R\$ 261.429,70 -, sendo que as despesas estadualizadas são rateadas entre a Executiva e as Regionais.

SINTE exige vale-alimentação para os aposentados

O SINTE/SC, através da bancada de oposição na Assembléia Legislativa, apresentou a emenda que inclui os aposentados no projeto do vale-alimentação. O governo insiste em excluí-los e pode vetar essa emenda. Portanto, é necessário que a categoria esteja mobilizada. A pressão ao governo e aos deputados é fundamental para garantir a derrubada do veto, caso ele ocorra. Para isso, o Sindicato sugere que sejam enviados faxes, e-mails ou cartas aos parlamentares logo no início de fevereiro 2001, quando a Assembléia Legislativa recomeça os trabalhos. As reuniões e discussões nas escolas são fundamentais para garantir uma mobilização mais forte.

Desconto do IPESC

O Mandado de Segurança que isenta os trabalhadores em Educação aposentados do desconto do IPESC, impetrado pelo SINTE/SC em fevereiro deste ano, foi considerado extinto pelo Tribunal de Justiça por falta de documentos. Portanto, assim que for publicado o Acórdão que trata da decisão, a liminar obtida pelo SINTE/SC deixa de ter efeito. Como não foi julgado o mérito da ação, o Departamento Jurídico do Sindicato entrará com novo Mandado de Segurança, assim que for publicado o Acórdão, anexando os documentos exigidos pelo TJ: a ata da Assembléia Estadual que permitiu o SINTE entrar com essa ação e a listagem de sócios.

Câmara aprova Lei da previdência complementar

A Câmara dos Deputados aprovou o substitutivo de plenário ao projeto de Lei Complementar nº 9/99, sobre previdência complementar do servidor público. Essa transformação do projeto em lei significa o fim imediato da aposentadoria integral para os futuros servidores e uma possibilidade real de acontecer com os atuais, já que o governo pode aumentar a contribuição para o regime próprio como forma de forçá-los a migrar para o novo sistema, o qual inicialmente terá alíquota menor.

O projeto não acaba somente a integralidade, mas também cria regras diferenciadas de previdência, em prejuízo do servidor. Além disso, não garante a complementação do benefício contratado, já que depende do cálculo atuarial e de aplicações no mercado financeiro, que está sempre sujeito a oscilações. É mais um ataque do governo federal aos trabalhadores.

Audiência pública sobre pagamento do IPESC

Na audiência pública realizada pela Comissão de Saúde e Meio Ambiente da Assembléia Legislativa, sobre o pagamento do IPESC e de pensões, os representantes do governo assumiram o compromisso de que ao receber o atestado de óbito da família do servidor, juntamente com o requerimento da pensão, em cinco dias será dada a resposta. Com a negativa do direito à pensão, o beneficiário deverá fazer contato com o SINTE/SC para entrar com Mandado de Segurança, pois a Justiça garante esse direito.

Secretaria da Educação suspende aposentadorias

A Secretaria da Educação, orientada pelo Tribunal de Contas do Estado, está suspendendo a aposentadoria de trabalhadores em Educação, alegando que não ficaram 25 anos em sala de aula. O SINTE/SC orienta que as pessoas que receberam a notificação da Secretaria retornem ao trabalho, mas peçam a cópia do processo de aposentadoria e entrem em contato com o Sindicato para entrar com ação judicial.

É importante a mobilização dos aposentados no início do próximo ano, com participação nas reuniões e nos encontros promovidos pelo SINTE/SC

Comunidades escolares discutem as reformas impostas pelo governo

Com o objetivo de promover uma ampla discussão com os representantes da comunidade escolar – pais, alunos e professores – sobre os rumos da Educação da rede pública estadual de Santa Catarina, foram realizadas, no mês de novembro, três Plenárias

Macrorregionais.

Foram discutidos a realidade da escola pública no estado e as consequências das reformas administrativas e educacionais, como a Municipalização, o reordenamento, a mudança no sistema de avaliação escolar e gestão de-

mocrática na escola, entre outros. Na oportunidade, foram tirados os encaminhamentos de luta para o ano 2001

A primeira Plenária Macrorregional ocorreu no dia 11, em Campos Novos, e reuniu as comunidades escolares da região Oeste. A Plenária de

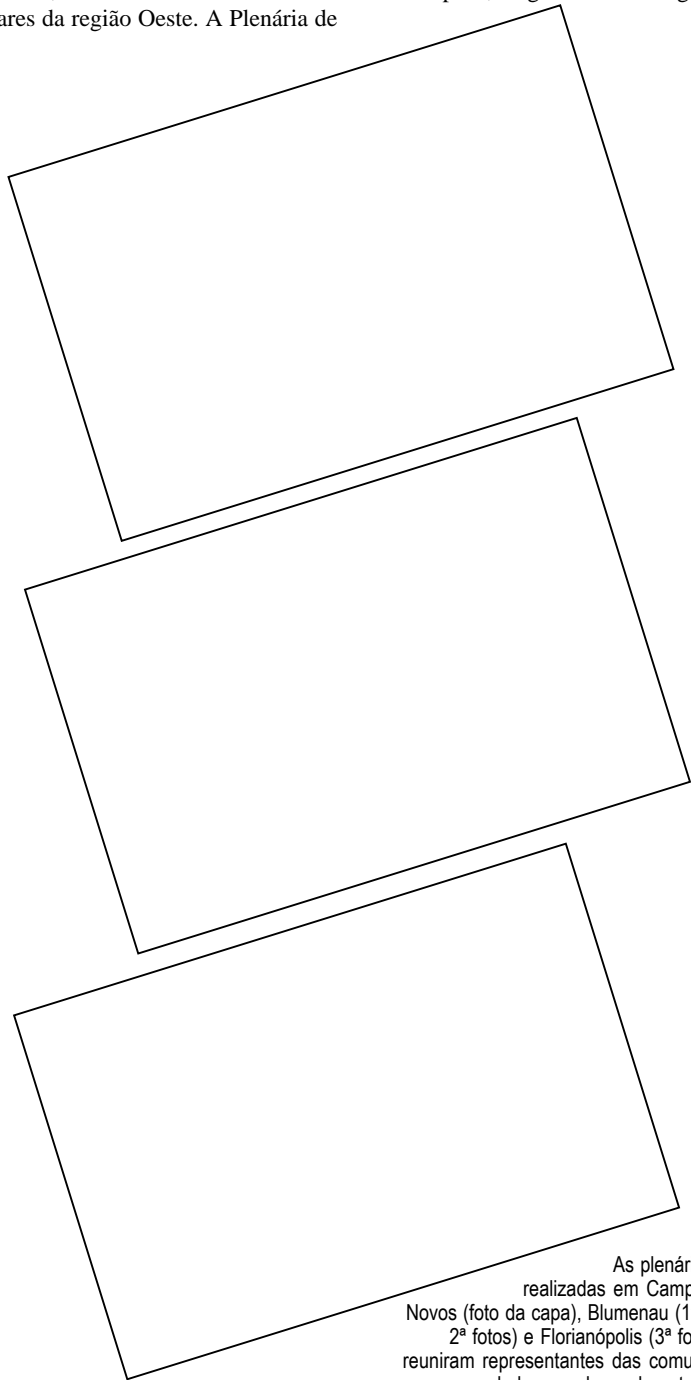
Blumenau foi a segunda e reuniu as regiões Norte e Vale do Itajaí. No dia 25 foi a vez da Plenária de Florianópolis, que contou com a participação das comunidades escolares da Grande Florianópolis, e regiões Sul e de Lages.

Propostas apresentadas nas Plenárias

Diante da situação que se encontra a escola pública, após ampla discussão, foi consenso em todas as três plenárias que a comunidade escolar deve estar mobilizada contra as reformas pretendidas pelo governo. Também ficou definido que é fundamental a mobilização do magistério, com o apoio dos pais e alunos, caso não seja respeitado o acordo de greve: pagamento do vale-alimentação e implantação do piso salarial de R\$ 744,00.

PRINCIPAIS DELIBERAÇÕES

- 1) Impedir que o governo contratate pessoas não habilitadas;
- 2) Exigir a realização de concurso público de ingresso anual;
- 3) Mobilizar e organizar toda a comunidade escolar contra o reordenamento, para evitar a municipalização do Ensino Fundamental e a privatização do Médio;
- 4) Promover debates sobre a legislação educacional e reformas administrativa e previdenciária;
- 5) Implantar e garantir a atuação dos Grêmios Estudantis;
- 6) Garantir o funcionamento dos Conselhos Deliberativos Escolares;
- 7) Formar Fóruns Regionais e Estadual dos Conselhos Deliberativos Escolares para unificarem as lutas, bem como, formulação de documentos reivindicatórios a serem encaminhados à Secretaria da Educação;
- 8) Promover eleição direta para diretores de escolas;
- 9) Garantir autonomia pedagógica e administrativa nas unidades escolares;
- 10) Garantir o número de alunos por série conforme estabelece a Lei 170;
- 11) Garantir a abertura das classes pré-escolares nas unidades escolares;
- 12) Garantir a elaboração do Projeto Político Pedagógico, de caráter democrático, construído coletivamente;
- 13) Garantir no PPP no mínimo dois dias por bimestre para estudo coletivo com segmentos da escola sobre legislação escolar e proposta curricular;
- 14) Não aceitar a nova fórmula de avaliação imposta pelo governo;
- 15) Garantir que na alteração da grade curricular sejam elencadas disciplinas que estejam de acordo com o PPP da unidade escolar e que nas disciplinas da parte diversificadas garanta o acesso de profissional habilitado;
- 16) Reverter a semestralidade no Ensino Médio para o ano 2001;
- 17) Garantir que as unidades escolares definam o seu calendário escolar conforme sua realidade;
- 18) No calendário escolar, fazer cumprir o inciso II do artigo 26, que define que todas as atividades como planejamento, de reuniões pedagógicas, conselhos de classe e recreio sejam computadas nas 800 horas de efetivo trabalho escolar;
- 19) Exigir do Estado a manutenção do ensino público em todas as modalidades de ensino com garantia de que todas as unidades escolares sejam equipadas e tenham condições físicas, materiais e recursos humanos para pleno funcionamento.



As plenárias realizadas em Campos Novos (foto da capa), Blumenau (1ª e 2ª fotos) e Florianópolis (3ª foto) reuniram representantes das comunidades escolares do estado

EXPEDIENTE

Este jornal é uma publicação do SINTE/SC - Sindicato dos Trabalhadores em Educação na Rede Pública de Ensino do Estado de SC - Filiado à CUT e à CNTE
Endereço para correspondência: Rua Júlio Moura, 39 - Centro - Florianópolis/SC
FONE: (48) 224-6257 - FAX: (48) 222-7590
Home-page: users.matrix.com.br/sinte-sc - E-mail: sinte-sc@matrix.com.br

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidenta: Marta Vanelli - Vice-presidente: Lia Pionner - Secretária de Finanças: Anna Julia Rodrigues - Secretária Geral: Miriam Darós - Secretária de Imprensa e Divulgação: Aneli Remus Gregório - Secretária de Saúde e Políticas Sociais: Jaime Paladini - Secretária da Mulher: Hênia Locks - Secretário de Formação e Política Sindical: Paulo Roberto Gonçalves - Secretário de Organização e Interior: Ana Maria Ribas

EDITORA RESPONSÁVEL: Mylene Margarida - SC00318JP
IMPRESSÃO: Gráfica Riosul